

Bairros precários: Estado está “hiper-ausente” nos direitos, mas “hiper-presente” no controlo e repressão

P publico.pt/2020/06/06/sociedade/entrevista/bairros-precarios-estado-hiperausente-direitos-hiperpresente-controlo-repressao-1919594

Joana Gorjão Henriques



Foto
Rui Gaudêncio

Na semana passada, a Direcção-Geral de Saúde (DGS) fez com que as atenções se centrassem na precariedade habitacional. Disse que havia focos de infecção localizados em bairros como o Jamaica, no Seixal; referiu-se ao aumento de casos na Grande Lisboa. Há uma semana as autoridades foram fechar oito cafés e bares com uma presença musculada da polícia, o que gerou críticas. A polémica estalou quando o presidente da autarquia da Azambuja sugeriu um cordão sanitário à volta de um prédio habitado por pessoas ciganas e disse que, no bairro da Mina, construído ao abrigo do Plano Especial de Realojamento (PER), viviam “famílias de etnia cigana” e outras “famílias normais como nós”.

Em entrevista, Ana Rita Alves, antropóloga, doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) que tem estudado a intersecção entre racismo, habitação condigna e território em Portugal, analisa a forma como tem sido gerida a pandemia nestes territórios. E chama a atenção para que se encontrem soluções colectivas em conjunto com as populações.

A pandemia tem afectado de forma mais dura as populações que vivem em habitação precária. Que análise faz?

Penso que a pandemia veio expor, sublinhar e agudizar a realidade do país, nomeadamente a relação entre precariedade habitacional e racismo institucional. Veio e vai acentuar as desigualdades socioeconómicas nos bairros autoconstruídos e de realojamento, muitos habitados por pessoas negras, ciganas e migrantes. As pessoas que aí habitam são aquelas que, muitas vezes, por terem vínculos de trabalho mais precários, são despedidas primeiro; ou as que continuaram sempre a trabalhar e, por isso, mais expostas à covid-19.

Nunca deixaram de sair de casa, de apanhar transportes. Mais recentemente, o foco mediático dado a alguns bairros tem contribuído para que sejam entendidos como espaços de propagação e contaminação. Numa altura em que se inicia a terceira fase de desconfinamento, isto contribui para que muitos daqueles que procuram agora um novo trabalho e aqui vivem possam não o conseguir, já que os seus corpos são percebidos como foco de contaminação. E, aqui, o racismo é inequívoco.

Como é que o Governo tem gerido a situação nestes lugares?

No caso dos bairros autoconstruídos, acampamentos ou de realojamento, parece-me que bastante mal. Basta pensar nas recentes declarações do presidente da Câmara da Azambuja sobre o bairro da Mina ou da recente operação policial no bairro da Jamaica, na qual houve um aparato policial e mediático inenarráveis para fechar uma dezena de cafés. O Estado age como sempre agiu em muitos dos territórios maioritariamente habitados por pessoas

negras, ciganas, imigrantes e pobres. Aqui, a acção do Estado caracteriza-se pela sua hiper-ausência no que concerne a garantia de direitos e pela hiper-presença no que respeita a meios de controlo e de repressão.

Aliás, basta pensarmos como têm surgido ou continuado iniciativas de solidariedade em bairros como o Casal da Boba, Casal da Mira [ambos na Amadora] ou Bairro da Torre [em Loures], mostrando como o Estado não tem garantido o mais essencial, nomeadamente a comida. Num momento em que muitas famílias perderam rendimentos, há situações de carência gritantes, embora outras já perdurem no tempo.



Autarca da Azambuja insiste em cordão sanitário a prédio habitado por famílias de “etnia cigana”

Estes bairros, muitos deles, nasceram com o PER...

É verdade. E por isso é preciso recuar à década de 1950 quando começaram a nascer, na periferia de Lisboa, bairros com casas construídas pelos próprios, habitados por pessoas madeirenses, alentejanas e ciganas, e mais tarde, também por migrantes negros, como é o caso da Azinhaga dos Besouros ou de Santa Filomena, na Amadora. Apelidados de bairros ‘ilegais’, ‘informais’ ou de ‘barracas’, foram depois enunciados como ‘bairros críticos’ ou ‘zonas urbanas sensíveis’, o que contribuiu para sua criminalização e estigmatização, justificando assim publicamente a intervenção policial musculada.

Em 1993 foi criado o PER. Foi uma iniciativa robusta para suprir carências habitacionais, sem dúvida, mas também responsável pela edificação de uma segunda periferia, que empurrou as pessoas, muitas delas racializadas, para as franjas da cidade – longe dos seus

percursos quotidianos, em casas sobrelotadas, cujos materiais de construção deixam muito a desejar. É também o PER – um programa de realojamento – que vai, paradoxalmente, contribuir para o desalojamento de muitas famílias sem que qualquer alternativa digna lhes fosse apresentada. Em alguns casos implementado mais de 20 anos depois da sua promulgação, o PER era já um programa obsoleto na medida em que o recenseamento inicial, em 1993, estava completamente desactualizado em relação à dimensão dos agregados e ao número de famílias abrangidas. Famílias que se instalaram em bairros como o 6 de Maio depois de 1993 não foram tidas em conta pelo PER e por isso ficaram na rua.

A pandemia expõe as desigualdades: de que forma?

Em 2018, quando o IHRU faz o levantamento sobre carências habitacionais, conclui-se que cerca de 26 mil agregados vivem em situações habitacionais insatisfatórias, aproximadamente 12 mil em barracas e construções precárias. Se pensarmos que três mil destes agregados são famílias ciganas, percebemos a forma como esta população está exposta, de maneira ímpar, à precariedade habitacional. Embora não se conheçam os números referentes às populações afrodescendentes sabemos serem muitos os que enfrentam situações semelhantes.

Tanto através da sua acção como da sua inacção, o Estado não tem sido capaz de garantir o direito à habitação e à cidade em Portugal, em particular no que toca às pessoas racializadas. Além da sua inacção estar espelhada nos 2% de habitação social — que é claramente insuficiente —, a sua acção não tem, muitas vezes, correspondido a uma melhoria efectiva das condições de vida das pessoas, promovendo a segregação ou a sobrelotação, através do realojamento.

Outra realidade exposta pela pandemia é o impacto que as condições de habitação têm na saúde das pessoas. É sabido que quem vive em habitações precárias tem propensão para um conjunto de doenças, nomeadamente respiratórias, o que as tem tornado muito mais vulneráveis à pandemia

Outra realidade exposta pela pandemia é o impacto que as condições de habitação têm na saúde das pessoas. É sabido que quem vive em habitações precárias tem propensão para um conjunto de doenças, nomeadamente respiratórias, o que as tem tornado muito mais vulneráveis à pandemia. Por outro lado, a sobrelotação de muitas das casas, nomeadamente dos bairros de realojamento, ou a falta de acesso a bens essenciais como água e saneamento básico faz com que as pessoas não se possam proteger todas da mesma forma. Parece que afinal não estamos no mesmo barco.

Teme que aumente o racismo e xenofobia?

Há um imaginário claramente colonial que legitima publicamente a segregação espacial, já que muitos dos bairros de que falamos têm sido historicamente criminalizados pelos *media* e pelas instituições, legitimando o aparato que se cria.

Veja-se como o foco das notícias relativas ao pólo industrial da Azambuja (onde houve cerca de 200 infectados), rapidamente muda para os bairros da Jamaica e da Mina, com um total de 25 pessoas infectadas, que se saiba. O perpetuar destes imaginários obedece a lógicas de pensamento que reificam a linha de cor e que colocam as pessoas negras e ciganas como externas ao corpo da nação.

Quando a pandemia começou foram imediatamente identificados — e bem — grupos de pessoas mais vulneráveis. Não deixa de ser paradigmático que pessoas que viviam em acampamentos ou bairros auto-construídos e de realojamento não tenham sido incluídas nestes grupos

O Governo e as autoridades de saúde falharam nestes locais?

As pessoas que habitam nos lugares podem falar muito melhor do que eu. Mas questiono-me como é que foram despejadas pessoas do bairro Alfredo Bensaúde (nos Olivais) pela Câmara Municipal de Lisboa, expondo-as directamente à pandemia? Como é que não foram criadas soluções de emergência para quem vivia em precariedade, garantindo o acesso a água e luz? Podiam ter-se encontrado soluções habitacionais de emergência para estas famílias durante a quarentena e daí, colectivamente, encontrar soluções mais

definitivas. Além do mais, geralmente não houve uma preocupação com a prevenção, garantindo o acesso a máscaras e a álcool-gel, que se tornaram produtos essenciais na socialização e protecção quotidianas.

Quando a pandemia começou foram imediatamente identificados — e bem — grupos de pessoas mais vulneráveis. Não deixa de ser paradigmático que pessoas que viviam em acampamentos ou bairros autoconstruídos e de realojamento não tenham sido incluídas nestes grupos. E, quando finalmente esta discussão vem a público, é através desta óptica de contaminação. As pessoas são criminalizadas e culpadas pela sua situação, o que é completamente perverso. E, a montante, fica por discutir o essencial, o que as torna vulneráveis, nomeadamente as desigualdades étnico-raciais – estruturais na sociedade portuguesa. Há um imaginário racista que desumaniza e impede que se olhe para as pessoas racializadas como iguais, como vidas choráveis.